

KUPFER, D. A Desconstrução do Futuro. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 10/07/2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/opinia0/columa/a-desconstrucao-do-futuro.ghtml>

A Desconstrução do Futuro

10/07/2017

Durante os cerca de cinco minutos dedicados à leitura dessa coluna, o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) terá perdido algo como R\$ 40.000 reais, valor suficiente para custear mais de dois meses de remuneração de um pesquisador sênior ou quase dois anos de uma bolsa de doutorado. De acordo com as estimativas realizados pela Associação dos Docentes da UFRJ, os cortes de verbas destinadas ao sistema de C,T&I efetuados neste ano de 2017 deverão atingir a cifra de R\$ 4,3 bilhões. Quer dizer, são quase R\$ 12 milhões por dia ou R\$ 500 mil por hora ou os R\$ 8,2 mil por minuto do cálculo feito acima.

Pode parecer pouco em termos absolutos, mas proporcionalmente ao montante das verbas que circulam pelo sistema de C,T&I brasileiro, são valores muito expressivos.

Para chegar a esse total, foram considerados apenas os cortes efetuados nas chamadas despesas não obrigatórias, que excluem salários, encargos e outros gastos não discricionários dos orçamentos da FINEP, CNPq e demais Institutos integrantes do antigo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e também das rubricas relacionadas a Universidades e Institutos Federais e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação.

Não estão aí contabilizados os cortes que certamente foram realizados em áreas de C,T&I de outros Ministérios (Defesa, Saúde, Agricultura, etc) ou outras instâncias do Governo Federal direta ou indiretamente ligadas à produção de conhecimento.

No caso do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) o orçamento de custeio e investimento alocado para 2017, exclusive despesas com pessoal, foi 44% menor do que o que havia sido estabelecido na lei orçamentária. Para dar uma idéia da potência da tesoura, o montante disponibilizado de R\$ 3,2 bilhões não atinge sequer a metade do empenho verificado em 2014, que foi de R\$ 7,3 bilhões.

Nas Universidades Federais o quadro geral não é diferente. Apenas na UFRJ, a maior dentre elas, já foram contingenciados mais de R\$ 150 milhões; e isso sobre uma peça orçamentária que já era 13,5% menor, em valores constantes, do que a de 2016. A confirmação de novos cortes, que poderão atingir valores entre 10 a 15% do custeio e até 40% dos recursos de capital, poderão virtualmente inviabilizar o funcionamento da Universidade nos meses finais do corrente ano.

Em suma, se o ritmo dos cortes já anunciados for mantido até o fim de 2017, o Sistema Nacional de C,T&I terá sofrido uma perda acumulada de R\$ 13,4 bilhões nos triênio iniciado em janeiro de 2015. É muito! E as perspectivas são ainda mais sombrias: com a chegada de

2018, a PEC 55/2017 (a chamada PEC do Teto dos Gastos), que limitará à correção do orçamento à inflação do ano anterior, se encarregará de eternizar o quadro de restrição aguda de recursos.

Evidentemente, as conseqüências negativas da instalação desse cenário de severo desfinanciamento são incomensuráveis. Além dos problemas trazidos pela redução do volume de atividades, cabe considerar as perdas irreversíveis para a sociedade que decorrem da interrupção dos programas e projetos em fases críticas de amadurecimento ou concretização dos seus resultados. Por isso, o mais preocupante é o método, ou mais exatamente, a falta dele, com que os cortes estão sendo operacionalizados.

Racionamento sem critério de recursos na boca do caixa – aquilo que no jargão da execução orçamentária é chamado de “financeiro” – destrói planos, desorganiza ações e aniquila realizações, afetando pesquisas promissoras em meio de caminho, talentos em formação, idéias em concepção, intercâmbios e parcerias em plena consecução. Como o conhecimento é intangível, e não sobrevive em hibernação, importantes conquistas podem ser simplesmente varridas do mapa, sem qualquer possibilidade de serem resgatadas mais a frente.

O momento econômico brasileiro é grave. O esgotamento do padrão de crescimento que comandou o último ciclo expansionista conjugado ao ambiente de acirrado confronto político vem originando dilemas e impasses cuja superação somente os muito otimistas acreditam que esteja próxima. O previsível fracasso de projeto de ajuste econômico do atual governo, envolvendo como foco principal - embora não único – a conta fiscal, e a ausência de uma visão clara sobre os caminhos de saída da recessão em curso estão como que congelando a energia empreendedora da sociedade.

Nesse contexto, a inflação de 3% acumulada nos 12 meses encerrados em junho último, bem abaixo da meta, portanto, não deve ser entendida como um acerto da gestão macroeconômica. Mesmo que a deflação de junho não venha a se repetir nos meses seguintes, a trajetória do nível dos preços sinaliza com nitidez que a política monetária está equivocadamente contracionista. O espaço fiscal que está sendo esterilizado pela lentidão no ritmo de queda da Selic poderia estar sendo mobilizado para assegurar que determinadas prioridades fossem perseguidas, ordenando minimamente a adaptação dos agentes e instituições envolvidos aos tempos difíceis que ainda estão por vir.

A forma como as nações resolvem as suas crises é muito reveladora das suas potencialidades. Nada está tão umbilicalmente conectado com a construção do futuro quanto a tríade ciência, tecnologia e inovação. As evidências nesse sentido são inquestionáveis. Mas e daí? Quantos parlamentares estão realmente preocupados com o sucateamento do SNCTI? Quantos governadores, ministros ou presidentes de autarquias, empresas públicas ou estatais? Quantos juízes, procuradores ou outros membros das instâncias mais altas do judiciário?